



Said Ali e *a gente* na história da língua e da gramatização brasileira

Said Ali and *a gente* in the history of language and brazilian grammatization

Ana Cláudia Fernandes Ferreira*

UNICAMP

Michel Marques de Faria**

UNICAMP

Resumo: *De uma perspectiva discursiva da História das Ideias Linguísticas, analisamos os modos pelos quais a pronominalização do a gente comparece como uma questão que é elaborada e reelaborada em diferentes produções de Said Ali. Buscamos mostrar de que maneiras sujeito e língua vão sendo significados/divididos quando o autor reflete sobre o a gente, ao mesmo tempo em que procuramos observar como ele lida com o problema da indeterminação e da determinação do pronome. Com essas análises, pudemos tecer algumas reflexões sobre as condições históricas específicas do funcionamento pronominal do a gente no Brasil articuladas à produção de um saber sobre esse funcionamento, considerando as relações de dominação e resistência constitutivas da nossa história de colonização e de descolonização.*

Palavras-chave: *Said Ali, A gente, Indeterminação/determinação, Colonização, Descolonização.*

Abstract: *From a discursive perspective of the History of Linguistics Ideas, we analyze the ways in which the pronominalization of “a gente” appears as an issue that is elaborated and reworked in different*

productions by Said Ali. We seek to show in what ways the subject and the language are signified/divided when the author reflects on the pronominalization of “a gente”, at the same time as we seek to observe how he deals with the problem of indetermination and the determination of the pronoun. With these analyses, we were able to weave some reflections on the specific historical conditions of the pronominal functioning of “a gente” in Brazil, articulated to the production of knowledge about this functioning, considering the relations of domination and resistance that constitute our history of colonization and decolonization.

Keywords: *Said Ali, “A gente”, Indetermination/determination, Colonization, Decolonization.*

*O que ninguém ainda não tinha feito,
a gente se sentia no poder fazer*
Guimarães Rosa

Introdução

O presente trabalho visa compreender como diferentes funcionamentos de *a gente* se tornaram uma questão para Said Ali em seus escritos. Questão esta que, conforme mostraremos, está ligada à difusão e à visibilidade que um funcionamento específico de *a gente* passou a ter no espaço brasileiro¹.

Nosso percurso de reflexão se inscreve no âmbito de inquietações que, hoje, são muito comuns, estando presentes tanto em reflexões metalinguísticas do nosso dia a dia, enquanto *saberes linguísticos cotidianos* (FERREIRA, 2020 c, d), quanto em trabalhos desenvolvidos nas instituições do saber, notadamente por gramáticos e linguistas, em textos mais diversos, produzidos ao longo dos séculos XIX, XX e XXI. Uma das razões principais dessas inquietações seculares diz respeito ao fato de que, entre nós, no Brasil, dizer *a gente* no lugar de *nós* é, na maioria das vezes, uma regra e não uma exceção.

Atualmente, é possível definir *a gente* como *pronomo pessoal da primeira pessoa do plural*. Mas de que maneira isso se colocava e se

formulava na época de Said Ali? De uma perspectiva discursiva da história das ideias linguísticas, buscamos compreender o processo de constituição de um saber linguístico sobre *a gente* enquanto pronome analisando os modos pelos quais a questão do *a gente* no Brasil vai sendo trabalhada e retrabalhada em diferentes publicações de Said Ali.

Nossa reflexão está organizada em cinco partes, além da presente introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresentamos alguns apontamentos sobre a questão do *a gente* em diferentes produções linguísticas de épocas diferentes. Na parte seguinte, expomos brevemente o nosso percurso de análise sobre as produções de Said Ali a respeito da questão do *a gente*. Na terceira parte, analisamos, em sua *Grammatica historica*, como o autor faz uma história de homem e *a gente* enquanto pronomes indefinidos. Na quarta parte, passamos para uma análise contrastiva de duas obras do autor, *Grammatica historica* e *Meios de expressão e alterações semânticas*, de modo a apontar para algumas reelaborações de Said Ali para o *a gente*. Na quinta parte, dedicada à análise do artigo “Pessoas indeterminadas”, acompanhamos alguns desdobramentos de suas reflexões sobre o *a gente*, formuladas na tensão entre indeterminação e determinação. Ao longo das análises de cada uma das obras, buscamos destacar as maneiras pelas quais sujeito, língua e vão sendo significados em relação ao *a gente* a partir de divisões do sujeito que fala a língua, da circunstância em que a língua é empregada e de uma característica que é atribuída ao sujeito e/ou à língua. Nas considerações finais refletimos sobre as condições históricas específicas do funcionamento pronominal de *a gente* no Brasil articulada à produção de um saber sobre esse funcionamento, tendo em vista as relações de dominação e resistência constitutivas da nossa história de colonização e descolonização².

A questão do *a gente*

Atualmente, há muitas produções linguísticas dedicadas ao estudo de *a gente* como pronome de primeira pessoa do plural³. A partir desses trabalhos, temos hoje a oportunidade acompanhar com detalhe o longo processo que levou o *a gente* à transformação de *a gente* em pronome pessoal. Segundo Célia Lopes ([1999] 2003), o século XIX, ou talvez mesmo um pouco antes, é um momento decisivo desse processo, que terá

ampliação considerável no século XX em ex-colônias portuguesas como o Brasil e Moçambique, e uma ampliação bem mais lenta em Portugal⁴.

Hoje, também podemos encontrar materiais didáticos de português brasileiro para estrangeiros em que o paradigma dos pronomes pessoais inclui o pronome pessoal *a gente*⁵. Podemos, inclusive, encontrar textos didáticos que se propõem a elaborar propostas de ensino de *a gente* como pronome pessoal em sala de aula⁶. E podemos, ainda, encontrar várias gramáticas de referência que definem *a gente*, direta ou diretamente, enquanto pronome pessoal⁷.

Mas qual era a paisagem da reflexão linguística que se desenhava sobre esse pronome na época de Said Ali? Em um levantamento ilustrativo de *instrumentos linguísticos*⁸ produzidos por autores portugueses e brasileiros em edições publicadas na primeira metade do século XX⁹, pudemos notar diferentes maneiras de definir o *a gente*: *expressão pronominal (...) igual a nós* (GOMES, 1913), *com o valor do pronome nós* (DIAS, 1918), e *em lugar do pronome da 1ª. pessoa do plural* (RIBEIRO, 1930), por exemplo.

Em produções lexicográficas, gramaticais e linguísticas publicadas entre a primeira metade do século XX e os dias atuais, há uma heterogeneidade nas definições para o *a gente*. Em publicações do século XXI, se é possível encontrar o *a gente* significando diretamente como *pronome* (BECHARA, 2009), também é possível encontrar a descrição *locução que corresponde semanticamente ao pronome pessoal nós* (PRIBERAM, 2008-2021), além outras possibilidades descritivas, que o tomam, por exemplo, enquanto *sintagma nominal* (NEVES, 2011)¹⁰.

Essas diferenças nas definições, aqui rapidamente delineadas, dão pistas importantes tanto sobre o processo de pronominalização do *a gente* em português, quanto sobre o processo de constituição de um saber sobre esse pronome. Um caminho de análise em torno das diferenças nas definições de *a gente* é indagar justamente sobre as condições de produção de sua pronominalização aliada à necessidade de constituição de um saber sobre esse pronome. Em outras palavras, atribuímos à heterogeneidade das definições:

- 1) o fato de que elas dizem respeito a mudanças de sentido de *a gente* tanto em Portugal, quanto no Brasil (com semelhanças, mas também diferenças, em razão de suas diferentes condições de produção);
- 2) ao fato de que *a gente* pode corresponder tanto a um pronome específico, quanto a diferentes pronomes;
- 3) a uma dificuldade de descrever o seu funcionamento em razão de seu não enquadramento em nenhum paradigma pronominal já consagrado e dado por evidente nas descrições gramaticais;
- 4) ao fato de que *a gente* vai sendo significado como *popular*, *familiar*, *informal*, *não culto*, por exemplo, o que impede, em muitos casos, sua entrada no paradigma da língua *erudita*, *formal*, *culta*, *escrita*, etc.

A depender da obra gramatical, esses aspectos podem ter forças diferentes nas formulações de descrições para o *a gente*.

Como veremos mais adiante, um problema que se apresenta para as reflexões de Said Ali são os diferentes sentidos e funcionamentos do *a gente*, que o autor busca discernir, formular e reformular, numa tensão entre indeterminação e determinação. Claudine Haroche ([1984] 1992) nos mostra como o problema da indeterminação e da determinação colocado nas reflexões gramaticais está ligado à estruturação da subjetividade e à definição da própria noção de sujeito na história religiosa e jurídica, em que o indivíduo é assujeitado à Religião e depois ao Direito¹¹. Com as análises de escritos de Said Ali, pretendemos contribuir para uma compreensão de como suas reflexões sobre o *a gente* estão inscritas nessa história a partir das conjunturas específicas brasileiras, que envolvem, incontornavelmente, os processos de colonização e descolonização.

***A gente* em escritos de Said Ali**

Consideramos os escritos de Said Ali sobre o *a gente* enquanto modos de elaboração de uma questão que estava presente nas condições específicas do processo de *gramatização brasileira do português*¹², e que se constitui numa relação tensa e contraditória com a gramatização lusa da língua. Questão esta que está ligada necessariamente ao modo

pelo qual, notadamente no espaço brasileiro, o *a gente* passou a funcionar cada vez mais enquanto pronome pessoal.

Buscamos percorrer os modos pelos quais, nessas conjunturas, Said Ali vai elaborando e reelaborando suas reflexões sobre o *a gente*. Em nossas análises, nos detemos em sua *Grammatica Histórica da língua portuguesa*, na edição de 1931, em seu *Meios de expressão e alterações semânticas*, publicado em 1930, e em seu artigo “Pessoas indeterminadas”, publicado em 1950 no tomo XI do *Boletim de Filologia*. Ao lado disso, gostaríamos de acrescentar que, na *Gramática Secundária* do autor, da década de 1920¹³, embora já existam considerações sobre o *você* na parte dedicada aos pronomes pessoais, não há discussões sobre o *a gente*. Outro aspecto que cabe trazer, pois será importante para as análises a seguir, é a formulação de Said Ali sobre o pronome indefinido já presente nessa gramática. Nas palavras do autor: “Dá-se o nome de **pronomes indefinidos** a uma serie de pronomes applicaveis á 3a. pessoa do discurso quando esta tem sentido vago e indeterminado.” (SAID ALI, 192?, p. 97 - negritos do autor)¹⁴. Gostaríamos de assinalar um efeito de sinonímia entre *indefinição* e *indeterminação* presente nas palavras do autor, que, como veremos, também está presente em outros textos de sua obra. A questão do *a gente* vai sendo elaborada e reelaborada em seus textos nessa relação tensa e contraditória entre indefinição e definição, indeterminação e determinação. Para observarmos como isso se dá, começaremos, no item a seguir, com algumas reflexões sobre *homem* e *a gente*, presentes em sua *Grammatica Historica*.

Grammatica Historica

Na primeira parte da *Grammatica Historica* de Said Ali, que compreende o estudo dos sons e a lexeologia, há uma reflexão sobre *a gente* que é elaborada em conjunto com uma reflexão sobre *homem*. Essas reflexões estão presentes no capítulo dessa parte da obra dedicado aos pronomes, em particular aos pronomes indefinidos. Vejamos:

Homem e a gente. - Tem de commum estes dois pronomes o mostrarem visivelmente que se originaram cada qual de um substantivo; ou,

melhor, são nomes que assumem carácter pronominal quando usados, não já na acceção própria, mas para indicar agente vago e indeterminado.

Quanto á época de seu emprego, ocupam polos opostos na historia da lingua. *Homem* era de uso commum no portuguez primitivo; menos frequente no seculo 15, perdura todavia, mórmente na linguagem popular, deixando vestígios até o seculo 16. *A gente* é usado principalmente na linguagem familiar da actualidade. Exemplos do pronome indefinido *homem*: (...) (SAID ALI, 1931, p. 122-123, negritos e itálicos do autor).

De início, destacamos o fato de o autor indicar, inicialmente, que tanto *homem* quanto *a gente* são pronomes. Essa afirmação é especificada logo em seguida, quando Said Ali acrescenta: “são nomes que assumem carácter pronominal quando usados, não já na acceção própria, mas para indicar agente vago e indeterminado.”. Interessante notar que, conforme o autor, tal carácter pronominal ocorre a partir de um uso que já não se dá mais na “acceção própria”. Said Ali indica um deslizamento, um movimento de significação das respectivas palavras, que passam de substantivos a pronomes.

Em seguida, o autor nos diz que *homem* e *a gente* ocupam diferentes polos na história da língua. Essa diferença é apresentada por Said Ali em relação a um passado e a um presente, em que temos, de um lado, português primitivo, português do século 15, português do século 16 e, de outro lado, um português da atualidade. Diferença, na história, que comparece articulada¹⁵ a usos: *homem* era de uso comum (português primitivo), *de uso menos frequente* (português do século 15), *perdura todavia, mórmente na linguagem popular deixando vestígios até o seculo 16* (português do século 16); e *a gente é usado principalmente na linguagem familiar da actualidade* (português da atualidade).

Desse modo, quanto ao uso de *homem* no passado, a diferença é posta em relação à frequência entre distintos momentos do português: uso comum no português primitivo, uso menos frequente no português do século 15 e vestígios até o século 16. *Comum* e (menos) *frequente*

são palavras que apontam indiretamente, indistintamente para quem usa a língua. A diferença de uso de *homem* é posta em termos de *linguagem popular*. Uma distinção se produz sobre quem usa a língua, estando marcada pela determinação de *popular* sobre *linguagem*. Ao percorrer os usos de *homem* na história do português, a passagem de *comum*, *frequente* para *perdura todavia*, *mórmente* acaba, ao final, apontando para quem usa a língua de maneiras diferentes, passando de uma indistinção (*de uso comum, de uso frequente*) para uma distinção (*mórmente na linguagem popular*).

Quanto ao *a gente*, Said Ali se volta para o seu uso de uma maneira mais restrita, que não fala de seu passado, mas apenas de uma atualidade. Ao lado disso, o autor aponta para quem usa – de maneira semelhante à do uso de *homem*, que se dava *mórmente na linguagem popular* – enquanto *principalmente na linguagem familiar da actualidade*. Fica posto que *a gente* é, na *actualidade*, usado em outras linguagens, não especificadas, e que não seriam principais. Sendo que o uso principal é *na linguagem familiar*.

Deixamos aqui algumas questões: Que sentidos se abrem e se fecham quando Said Ali define o uso de *homem* como aquele que *perdura todavia, mórmente na linguagem popular* (e *deixando vestígios até o século 16*) e de *a gente* como se dando *principalmente na linguagem familiar da actualidade*? *Linguagem popular e linguagem familiar* estariam, de algum modo, em relação parafrástica?¹⁶ Em que medida *popular* e *familiar* se assemelham e se diferenciam? Em que medida se inscrevem em discursividades mesmas e distintas?¹⁷ Voltaremos a essas questões mais adiante.

Após suas reflexões sobre *homem* e *a gente*, Said Ali passa a apresentar exemplos de usos como pronome indefinido, mas apenas para *homem*. Vejamos:

Em aquel tempo nom podia homem achar em todo o regno de logres donzel tam fremoso nem tam bem feito (S. Graal 4) - Eu te farei taaes cousas quaaes nunca home fez a seu inimigo (S. Josaph. 24) - Era tam esprandecente que bem se podia homem veer em ella como em espalho (Cort Imp. 6) - Logo vossa tençom seria boa se homem

tevesse lugar aparelhado em que trabalhando sperasse receber proveito (Zur. Guiné. 313) (...) (SAID ALI, 1921, p. 122-123).

É interessante destacar que os exemplos trazidos fazem parte de um conjunto de textos escritos que foram reunidos pelo autor para a sua pesquisa. Tal exemplificação, portanto, não comparece de forma gratuita. O autor nos indica que *homem* possui amplo lastro de ocorrência na história da língua portuguesa até o século XVI. É preciso salientar que determinada literatura escrita se coloca como capital no bojo das reflexões de Said Ali.

A esse respeito, Evanildo Bechara (1962), em suas leituras sobre a *Correspondência* de Capistrano de Abreu e considerando os primeiros títulos das publicações que compuseram a gramática histórica de Said Ali – *Lexeologia do português histórico e a formação de palavras* e *Sintaxe do português histórico* –, considera que “Said Ali desejou empreender uma *gramática do português histórico*, isto é, a partir da língua já documentada, e não uma *gramática histórica do português*” (p. 39 - itálicos do autor).

Ou seja, Said Ali buscava dar corpo a sua obra a partir de textos documentados em língua portuguesa, desde os mais antigos, e privilegiando obras literárias. Em relação a isso, cabe trazer as considerações que o autor faz sobre *linguagem falada*, *linguagem escrita*, *trato familiar* e *linguagem literária*, apresentadas no prólogo da primeira parte de sua *Grammatica Historica*:

(...) Neste ponto nunca será a linguagem escripta, dada a sua tendencia conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada. Surge a inovação, formulada acaso por um ou poucos individuos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalisar-se o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta repelle-a, a principio, mas com o tempo succumbe ao contagio. Imita o vulgo, se nao escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos annos, até que por fim a linguagem literaria, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide

também a aceitar a mudança. Tal é, a meu ver, a explicação não somente de factos isolados, mas ainda do aparecimento de todo o português moderno. (SAID ALI, 1931, p. iv)

Podemos notar a importância que tem para o autor a linguagem escrita. Em seu prólogo, há uma divisão entre *linguagem escrita* e *linguagem falada* organizando outras divisões, que incidem sobre o sujeito e a língua. Do lado da *linguagem falada*, temos, de início, o *falar do povo/vulgo* que *inova* e, em seguida, a *gente culta de fina casta* que a princípio *repele*, mas depois *sucumbe* à inovação popular. Ainda do lado da *linguagem falada*, a *gente culta e de fina casta* imita o *vulgo no trato familiar e falando espontaneamente*. A passagem para a *linguagem escrita* pode se dar *pela gente culta e de fina casta na escrita com meditação*. Uma outra passagem ainda é necessária para a *linguagem literária*. Haveria assim uma *linguagem escrita da gente culta e de fina casta*, que é uma *linguagem escrita com meditação*, mas não necessariamente uma *linguagem literária*. Em síntese, temos, de um lado, *linguagem falada e fala espontânea: povo/vulgo, gente culta e de fina casta*, e, de outro: *linguagem escrita, escrita com meditação e linguagem literária: gente culta e de fina casta*. Desse modo, fica significado que o povo/vulgo não teria linguagem escrita, escrita com meditação e linguagem literária.

A especificidade na literatura escrita reunida por Said Ali para seus estudos está ligada a essas divisões de sentido. No entanto, ainda que o projeto de sua gramática histórica seja assentado sobre textos documentados, o autor reconhece que não há uma relação direta entre linguagem escrita e linguagem falada, de tal forma que a escrita não é, nas suas palavras, “espelho fiel do que se passa na linguagem falada”.

No decorrer de sua obra, o autor Said Ali se autoriza, sempre que necessário, a trazer comentários que dizem respeito à linguagem falada, definida, por exemplo, como *familiar* ou *popular*. No entanto, quando não encontra lastro no conjunto das obras literárias reunidas para seus estudos, o autor pode, por vezes, deixar de dar exemplos – ou, como veremos mais adiante, titubear em suas reflexões diante de exemplos externos ao conjunto de textos que reuniu. O *a gente*, definido em termos de *linguagem familiar usada na actualidade*, estaria entre os

casos de um funcionamento linguageiro exterior ao seu arquivo de textos escritos, mas sobre o qual ele é incitado a refletir.

Interessante, também, é notar que, para Said Ali, a mudança na linguagem falada pode chegar a ser acolhida pela linguagem literária. Ou seja, a língua muda, mas cabe à linguagem literária o papel de conceder ou não a passagem daquilo que já está presente na linguagem falada para a linguagem escrita.

Grammatica Histórica e Meios de expressão e alterações semânticas

Gostaríamos, agora, de cotejar a exposição da *Grammatica Historica* de Said Ali com o que o autor diz em seu *Meios de expressão e alterações semânticas*, publicado em 1930. Para a nossa análise, é importante ressaltar que *Meios de expressão e alterações semânticas* é publicada aproximadamente nove anos após a primeira publicação dos textos que compuseram sua *Grammatica Histórica* e um ano antes da edição seguinte, que ganhou este nome. Também é importante acrescentar que pudemos acessar algumas das páginas da primeira publicação, intitulada *Lexeologia do português histórico*¹⁸, o que nos permitiu conferir que, na parte dedicada aos pronomes e, em especial na que o autor discorre sobre *homem* e *a gente*, não há mudanças no texto entre as edições. Assim, em ambas as edições de sua gramática histórica, fica um vazio na exemplificação do autor para o *a gente*. Vazio este que é preenchido em *Meios de expressão e alterações semânticas*, no capítulo intitulado “Expressões de situação”. Vejamos:

Em linguagem familiar, e especialmente entre pessoas menos instruídas, é commum o emprego de *a gente* com referencia a pessoas bem definidas, em dizeres como *a gente* não tem dinheiro, hontem a gente foi ao baile, etc. Parece que por modéstia se evita empregar o pronome *nós*.

A substituição do sujeito definido ao sujeito indeterminado, caso contrário ao que acabamos de ver, faz-se algumas vezes (...) certas informações são dadas como se o próprio ouvinte entrasse em scena: A viagem pelo interior do paiz é bem

penosa: em certos lugares *você* tem que lutar com os mosquitos, em outros com os carrapatos. (SAID ALI, 1930, p. 78 – itálicos do autor).

Como podemos notar, aqui o autor acrescenta dois exemplos: “*a gente* não tem dinheiro, hontem *a gente* foi ao baile”. Ao lado disso, o *a gente* também é definido em termos de *linguagem familiar*. Mas há mais detalhes. Há uma subespecificação de *linguagem familiar: especialmente entre pessoas menos instruídas*. Assim, na linguagem familiar haveria pessoas mais e menos instruídas que empregam o pronome *a gente*. O nível de instrução é o elemento definidor do quanto o *a gente* é empregado na linguagem familiar, sendo que o *comum* é o seu *emprego entre pessoas menos instruídas*. Entre pessoas mais instruídas seria *menos comum* ou *incomum*.

Após os exemplos trazidos, o autor acrescenta um comentário: “Parece que por modéstia se evita empregar o pronome *nós*”. *Linguagem familiar, mais instrução, menos instrução, menos instrução, modéstia...* Comentário breve, mas que muito significa. É um comentário que tem a forma de uma suposição, de uma proposição interpretativa. E é enquanto um comentário, que tem a forma de uma suposição, de uma proposição interpretativa, que o autor formula uma possível explicação para o emprego do *a gente*: *Parece que por modéstia se evita*. O não emprego do pronome *nós* seria algo que *se evita, por modéstia*. Desse modo, fica significado que, se não fosse por modéstia, o emprego do pronome *nós* não seria evitado. É como se fosse possível, ao sujeito falante, a escolha de evitar ou não empregar um pronome em razão de uma característica que seria sua: a modéstia. Said Ali não apresenta essa explicação de maneira categórica. Ele hesita. Deixemos em suspenso, por ora, outros desdobramentos analíticos sobre esse interessantíssimo comentário. Voltaremos a ele ao final de nosso trabalho.

Uma última observação a registrar aqui é que, enquanto na *Grammatica histórica* de Said Ali o *a gente* é tratado junto aos pronomes indefinidos, em seu *Meios de expressão e alterações semânticas*, o *a gente* comparece no capítulo “Expressões de situação” significando *com referencia a pessoas bem definidas*. Ao lado disso, é interessante observar que o exemplo seguinte trazido pelo autor, sobre

o *você*, é apresentado enquanto uma “substituição do sujeito definido ao sujeito indeterminado”, que ele considera como sendo um “caso contrário ao que acabamos de ver”. Ou seja, como sendo um exemplo contrário do emprego de *a gente* que ele havia dado. Assim, *a gente* significa como dizendo respeito *a uma substituição do sujeito indeterminado ao sujeito definido*. Em outras palavras, *a gente*, que seria empregado com referência a um sujeito indeterminado, ao ser empregado *com referência a pessoas bem definidas*, produz uma substituição do sujeito indeterminado ao sujeito definido. Este é um detalhe de grande interesse, de uma problemática que leva Said Ali a elaborar e reelaborar a questão do *a gente*. Na obra que analisaremos a seguir, essa questão da determinação e da indeterminação, da definição e da indefinição será elaborada pelo autor mais uma vez.

Pessoas indeterminadas

O artigo de Said Ali, “Pessoas indeterminadas”, publicado em 1950 no *Boletim de Filologia*, discorre sobre distintos exemplos de pessoas indeterminadas, sendo que, grande parte desses exemplos, de um modo ou de outro, gira em torno de diferentes funcionamentos do *a gente*.

Seu texto começa apresentando sentidos diferentes para a palavra *gente*: tanto sentidos ligados ao presente, quanto sentidos ligados ao passado, concernentes ao que Said Ali chama, nesse texto, de *linguagem antiga*. Em seguida, o autor passa a tratar do *a gente*. Ele escreve:

Em linguagem familiar, especialmente no Brasil, *a gente* pode referir-se às pessoas com quem o indivíduo falante convive e em cujo número ele próprio se inclui quanto ao modo de proceder e pensar. Daí vem o frequente emprego de *a gente* como pronome indefinido, posto que nem sempre se substitua ao clássico pronome *se* usado para tal efeito, linguagem esta em que a gramática portuguesa entra em conflito com a intenção e análise psicológica. (SAID ALI, 1950, p. 108 – *itálicos do autor*).

Podemos notar que *a gente* comparece significando como *pronome indefinido* em razão de um emprego específico, tal como descrito pelo autor – *referir-se às pessoas com quem o indivíduo falante convive e em cujo número ele próprio se inclui quanto ao modo de proceder e pensar* –, que poderia funcionar em substituição ao pronome *se*¹⁹ (no caso, seria uma substituição do tipo: de *se faz* para *a gente faz*), mas que nem sempre se substitui a ele.

Esse funcionamento de *a gente* é relacionado à *linguagem familiar, especialmente no Brasil*. A especificação *especialmente no Brasil* produz um efeito de sentido mais circunstanciado para *linguagem familiar*, distinto daqueles que observamos nas outras produções do autor. Importante notar que esse texto foi publicado em uma revista portuguesa, o que tornou necessária uma especificação de *linguagem familiar* por meio de uma delimitação geopolítica. Evidentemente que essa delimitação já afetava os estudos do autor, ainda que não fosse necessário precisá-la. Mas, mais do que isso: é justamente o fato da pronominalização do *a gente especialmente no Brasil* que tornou o *a gente* uma questão para Said Ali.

Em seu tratamento dessa questão, Said Ali convida o leitor para um percurso histórico por diferentes acepções de *gente* e de *a gente*. Nas palavras do autor: “Vejamos pelo miúdo algumas das acepções que acabamos de mencionar.” (SAID ALI, 1950, p. 111). Seu percurso inicia com uma leitura de textos do português de Camões, para um sentido de *gente* como *denominação dos homens de peleja* que, nos Lusíadas, pouquíssimas vezes eram designados pela palavra *soldados*. Depois disso, Said Ali volta um pouco mais no passado para mostrar como Camões segue a trilha de Fernão Lopes e de outros cronistas do rei D. João I no emprego da palavra *gente* para designar *homens de peleja*. Nessa trilha, acrescenta Said Ali, Camões “tem o cuidado de não aplicar, por anacronismo, aos heróis e combatentes desses antigos tempos a denominação ainda estranha à linguagem portuguesa.” (p. 110) e que “O termo *gente*, de sentido tão vago, impunha-se por falta de outro mais próprio”. (SAID ALI, 1950, p. 110 – itálicos do autor). Feitas essas considerações, Said Ali se volta para as conjunturas históricas e políticas em que a palavra *gente* predominava:

Do derivante *miles*, *militis*, desapareceu todo o vestígio com o desmoronamento do império romano e suas instituições relativas à organização dos combatentes na paz e na guerra. Tudo mudou com a diversidade das nações, umas em luta com as outras, cada qual com seu rei, seus grandes senhores e vassalos. O feudalismo deu novo aspecto ao cenário. Para uma guerra iminente arrebanhavam-se à última hora homens de qualquer parte, experimentados ou não experimentados em feitos bélicos. Agrupados, eram eles *a gente* com que o rei ou o senhor dava batalha ao inimigo. Alternando com *homens*, permaneceu a palavra na linguagem até a época em que se deu preferência ao termo *soldados*. (*Ibidem*, p. 110 – itálicos do autor).

Em seguida, Said Ali discute sobre um sentido mais amplo para *gente* em Camões, que não diz respeito a *homens* enquanto *homens de peleja* (e que depois será designado como *soldados*), mas à designação de *homens em geral*, de humanidade, bem como de *criaturas humanas*, em oposição a animais.

Esse percurso analítico traçado pelo autor em “Pessoas indeterminadas” retoma e amplia a comparação realizada entre *homens* e *a gente* em sua *Grammatica Historica*.

Como observamos anteriormente, naquela obra, segundo Said Ali, *homens* e *a gente* são *pronomes indefinidos* enquanto “nomes que assumem carácter pronominal quando usados, não já na acepção própria, mas para indicar agente vago e indeterminado” (SAID ALI, 1931, p. 122). Na *Grammatica Historica*, o autor se volta mais sobre *homens*, com a inclusão de exemplos, em contraposição com *a gente*, que comparecia enquanto “usado principalmente na linguagem familiar da actualidade” (SAID ALI, 1931, p. 123), mas sem exemplificação. Já em “Pessoas indeterminadas”, o movimento é o oposto. Said Ali discute sobre *homens* para chegar em *a gente*. Discussão essa que começa pelo português de Camões, chega no português do Brasil e, em seguida, contrasta um português com o outro. Vejamos como se dá essa chegada e esse contraste nas palavras de Said Ali:

Por delicadeza de linguagem, referindo-nos a nós mesmos, empregamos frequentemente o verbo na 3ª. pessoa, que terá por sujeito um nome mais ou menos adequado. No falar coloquial do nosso país costuma desempenhar este papel a expressão *a gente*. Por exemplo: “Você há tanto tempo não aparece lá em casa. Não quer mais saber *da gente*”. Outras vezes, pelo contrário, *gente* (quase sempre sem artigo) designa pessoa ou pessoas estranhas: “A campainha tocou; aí vem *gente*”. Muito usual entre nós é a expressão *a gente* com valor de pronome indefinido. Deve-se esta estrada hoje tão batida à influência da linguagem lusitana acima documentada. Confronte-se *A gente sua para conseguir certas vantagens com O metal por que mais a gente sua*, dos Lusíadas. (SAID ALI, 1950, p. 111 - itálicos do autor).

O autor traz diferentes exemplos de sentidos para a palavra *gente*: um primeiro, em que, *referindo-nos a nós mesmos*, empregamos o verbo na terceira pessoa, que terá por sujeito a expressão *a gente*, e que *costuma desempenhar o papel de um nome*, e um segundo, em que *gente* designa uma pessoa ou pessoas estranhas. Esses dois primeiros sentidos são, de certo modo, vinculados a um terceiro, por influência da linguagem lusitana, documentada, de textos de Fernão Lopes e de Camões.

Por este percurso de análise que Said Ali se autoriza a dizer que “Muito usual entre nós é a expressão *a gente* com valor de pronome indefinido.” Essas formas pronominais do *falar coloquial de nosso país* são, assim, compreendidas pelo autor como sendo indefinidas: *com valor de pronome indefinido*. Em outras palavras, em nosso entender sobre a reflexão do autor, *a gente* equivaleria tanto ao pronome *nós* quanto ao pronome *eles*, *com valor de pronome indefinido*.

Porém, voltando ao primeiro caso, que é o que nos interessa mais de perto, diríamos que *a gente* equivale ao pronome *nós*, mas não *com valor pronome indefinido*, embora Said Ali não o diga desse modo. No entanto, ele acaba dizendo isso de certa maneira, embora de um modo mais contornado, mais sinuoso. Isso porque, ainda que considere o *a*

gente, aqui, em um texto que trata de *pessoas indeterminadas*, essa expressão acaba por se referir a um pronome definido, o *nós*, pela formulação *referindo-nos a nós mesmos*.

Said Ali indica, mas não explora muito a passagem da expressão *a gente* com sentido de *ele* para o sentido de *nós* (ou mesmo para o sentido de *eu*). Ainda hoje, esse aspecto nem sempre é considerado ou discutido em reflexões gramaticais ou linguísticas. O percurso de reflexões de Said Ali, já naquele momento, dá visibilidade ao fato de que não é possível determinar um sentido único para a expressão *a gente*. O que continua valendo para hoje.

Cabe lembrar novamente que, embora seu percurso de elaboração teórica sobre a língua se ancore em um arquivo de textos, o autor também tem por base exemplos que escapam a esse arquivo e que são definidos, como vimos, a partir do que ele chama de *linguagem familiar* e *linguagem popular*, e, neste texto, também como *falar coloquial*.

Enquanto, no início de seu texto, o autor escreve sobre o *a gente* enquanto *linguagem familiar, especialmente no Brasil*, no meio dele há uma *reescrituração*²⁰: *no falar coloquial do nosso país*. Assim, *linguagem familiar* e *falar coloquial* comparecem em relação parafrástica, em articulação a delimitações geopolíticas: *no Brasil* e *no nosso país*. Mais adiante, Said Ali se volta sobre a questão do falar coloquial, comparando-o à linguagem literária. Sua reflexão se dá sob uma perspectiva descritiva que toma o sujeito que fala como psicológico. Vejamos:

O falar coloquial não se opõe obstinadamente ao que está em uso na linguagem literária e entre as pessoas cultas. Tanto se serve da expressão *a gente*, como do verbo acompanhado do pronome *se* para dar a entender que o sujeito psicológico do verbo é a pessoa ou são pessoas indeterminadas. (SAID ALI, 1950, p. 112 - itálicos do autor).

Podemos observar como o autor vai (re)produzindo, em seu texto, algumas distinções entre sujeito e língua já presentes em suas publicações anteriores. Neste texto, as distinções se dão entre *falar coloquial* e *ao que está em uso na linguagem literária e entre as pessoas cultas*. Essas distinções são apresentadas enquanto uma oposição, mas

modalizada: *não se opõe obstinadamente*. Assim, se a gente é empregado em linguagem familiar, especialmente no Brasil, trata-se de um emprego que também é significado como *falar coloquial*, sendo que tal falar *não se opõe obstinadamente ao que está em uso na linguagem literária e entre as pessoas cultas*. O exemplo trazido para ilustrar que não haveria uma oposição obstinada é o da expressão *a gente* acompanhada do pronome *se*, para o seguinte propósito: *dar a entender que o sujeito psicológico do verbo é a pessoa ou são pessoas indeterminadas*.

Interessante que aqui também há uma distinção entre *pessoa* e *pessoas indeterminadas*, que acaba significando *a gente* como pessoa determinada e como pessoa indeterminada, e abrindo caminho para uma passagem do pronome indefinido ao pronome definido, ainda que isso não seja afirmado diretamente, categoricamente.

Em um texto que tem como tema *pessoas indeterminadas*, a reflexão de Said Ali explora diversos sentidos de *a gente* na história da língua, de Portugal ao Brasil. Nesse percurso, repleto de aproximações, recuos e torneios, Said Ali vai dando indicações de um movimento de indeterminação para determinação, de indefinição para definição.

Não menos interessante são as considerações finais do autor, que apontam para um funcionamento da indeterminação no interior do paradigma dos pronomes pessoais. Escreve Said Ali:

Lembremos apenas, para terminar esta já longa exposição de factos, o expediente comum a muitas línguas, de recorrer à primeira pessoa do plural, umas vezes por achar-se de facto acrescida ao número das pessoas indeterminadas a pessoa que fala, outras vezes por fingirmos tal situação. O acontecimento a que se prende a indeterminação das pessoas pode dar-se com todas ao mesmo tempo, ou com qualquer delas em ocasiões incertas. Se incluímos o *eu* falante explicitamente com o pronome ou verbo na primeira pessoa do plural, entenderemos que este *eu* não tem lugar marcado na associação mental: poderá achar-se no meio, ou atrás ou na frente dos companheiros.” (ALI, 1950, p. 114).

Assim, o interesse do autor pela questão do *a gente* o levou a também considerar o funcionamento da indeterminação em *qualquer pessoa*, inclusive nos pronomes definidos. Não poderíamos deixar de lembrar que esse funcionamento passou a ser bastante discutido posteriormente nos estudos linguísticos do final do século XX²¹.

Considerações...

É!

A gente quer viver pleno direito

A gente quer viver todo respeito

A gente quer viver uma nação

A gente quer é ser um cidadão

A gente quer viver uma nação

Gonzaguinha

Nas considerações iniciais de nosso trabalho, enumeramos algumas observações sobre a heterogeneidade de descrições para o *a gente* presentes em produções variadas, notadamente do século XX até os dias atuais. Dissemos que essa heterogeneidade está relacionada a percursos semelhantes e diferentes, concernentes às mudanças de sentido e de circulação de *a gente*, tanto em Portugal, como no Brasil, em condições de produção ligadas à colonização e à descolonização. Ao lado disso, salientamos que *a gente* pode corresponder não apenas a um pronome específico, mas a diferentes pronomes. Apontamos também para a dificuldade de enquadramento de *a gente* junto a um paradigma pronominal já consagrado e dado por evidente nas descrições gramaticais. Por fim, lembramos que essa dificuldade de enquadramento se deve ao modo como *a gente* vai sendo significado: como *popular, familiar, não culto*, por exemplo, fazendo com que ele se mantenha excluído do paradigma da língua *erudita, formal, culta, escrita*, etc.

Nos trabalhos de Said Ali, o *falar coloquial* e/ou a *linguagem familiar* entram como uma questão para as suas reflexões, enquanto *coisas-a-saber* (PÊCHEUX, [1983] 2008) sobre o português no/do Brasil. As investigações históricas do autor se ancoram em análises de

textos, por um trabalho filológico sempre muito cuidadoso. No entanto, embora privilegie o estudo da história da língua portuguesa a partir de textos escritos, que são, em grande parte escritos portugueses, Said Ali não pode deixar de discutir sobre a língua falada no Brasil.

A esse respeito, vale mencionar que autores contemporâneos a Said Ali também descreviam *a gente* como *familiar, coloquial, popular* etc. com referência a Portugal. É o caso, por exemplo, do trabalho de José D. Ribeiro (1930), que estuda o *a gente* junto à linguagem popular de Turquel, freguesia de Portugal.

Entretanto, é a questão da língua nacional que se coloca para Said Ali e é preciso falar dessa língua se referindo ao Brasil. É uma questão nacional que o impele a tratar dessa questão, e que se inscreve na história contraditória da *gramatização brasileira do português* (GUIMARÃES, ORLANDI, 1996; ORLANDI, org., 2001), entre o modelo português e a língua brasileira. Said Ali se ancora no modelo português – tanto dos textos escritos, quanto dos paradigmas pronominais – para elaborar suas reflexões sobre o *a gente*, mas isso se dá por uma demanda de saber sobre o seu funcionamento no Brasil.

O ponto de partida de suas reflexões, fundamentadas em textos lusitanos antigos, em que *gente* designa pessoas indeterminadas, afeta o modo como Said Ali descreve os sentidos de *gente* e de *a gente* no Brasil da atualidade. O problema da indeterminação, indefinição/determinação, definição perpassa os trabalhos do autor, e suas palavras por vezes oscilam entre um funcionamento e outro. Esse problema, sempre presente, comparece em seus escritos em relação a: 1) uma divisão do sujeito que fala a língua: *povo, vulgo, pessoas menos instruídas, pessoas não cultas*, em oposição (mas não obstinadamente...) a *gente culta e de fina casta, pessoas cultas, pessoas mais instruídas*; 2) a circunstância em que a língua é empregada: *linguagem falada, trato familiar, fala espontânea, linguagem familiar, linguagem coloquial*, em oposição (mas não obstinadamente...) a *linguagem escrita, escrita com meditação, linguagem literária*; e 3) a uma característica atribuída ao sujeito e/ou à língua: *parece que por modéstia, por delicadeza de linguagem*.

As relações de indeterminação, indefinição/determinação, definição com uma divisão do sujeito falante, com a circunstância em que a língua

é empregada e com uma caracterização do sujeito e/ou da língua não são aleatórias, banais, não significam pouca coisa. Elas têm uma história, que não é linear e nem a mesma nos diferentes continentes em que a unidade linguística imaginária do português se impôs sobre a diversidade concreta das línguas.

Claudine Haroche ([1984] 1992), ao estudar a constituição da forma histórica do sujeito, primeiramente a partir da Religião e depois do a partir do Direito, mostra como esse processo conduziu a uma necessidade de determinação do sujeito gramatical, que colocou em questão a relação entre indeterminação e determinação, bem como entre clareza e ambiguidade da/na língua. No curso de suas reflexões, a autora indaga também sobre as marcas pronominais. Escreve a autora:

Poderia ser interessante, então, perguntar-se como as línguas, em diversas épocas, asseguram a expressão da subjetividade, estudar suas diferentes modalidades e procurar as razões dessas diferenças em um contexto histórico bastante amplo. Que a pessoa, com efeito, seja expressa ou deliberadamente omitida, seja expressa pela metade ou por paráfrases, por certos pronomes, ou por outros, pode fornecer explicações preciosas sobre o funcionamento, a representação da subjetividade, o tipo de relação complexa e variável que o sujeito mantém com seu discurso: relação de submissão ao discurso, relação de desapropriação, de exterioridade ou, inversamente, relação de distância, de controle. (HAROCHE, [1984] 1992, p. 163)

Na história do *a gente*, consideramos que não é por acaso que, conforme nota Lopes ([1999] 2003), seu funcionamento pronominal é mais comum no Brasil e em Moçambique, ex-colônias portuguesas, e menos comum na antiga metrópole, Portugal. Consideramos que essa diferença diz respeito a relações de dominação e resistência entre os sujeitos, as línguas e as tecnologias de linguagem que vão sendo produzidas em condições histórico-sociais e políticas muito distintas, com efeitos ideológicos e, portanto, discursivos, também muito diferentes²².

Lembrando que, quando do início do período da gramatização massiva das línguas do mundo no século XVI, que é também o início da colonização das Américas, a língua portuguesa já tinha sua escrita sendo traçada séculos antes. Com a *endogramatização* (Auroux, 1992) de um português escrito, a partir do modelo greco-latino, esse traçado vai adquirindo contornos mais precisos, dos quais fazem parte a determinação dos paradigmas dos pronomes pessoais: *eu, tu, ele, nós, vós, eles*. Uma tal instrumentação das línguas resulta no que Eni Orlandi (1985, 2009) e Eni Orlandi e Tania C. de Souza (1988) chamam de *línguas imaginárias*, que podem ser compreendidas como artefatos, objetos-ficção, mas que, conforme acrescenta Orlandi (2009, p. 18), “nem por isso deixam de ter existência e funcionam com seus efeitos no real”.

Nessa história transcontinental de “um” português, as gentes daqui não eram/são iguais as gentes de lá. Nem as línguas. Nem seus processos de instrumentalização linguística implementados ao longo dos séculos. Paralelamente à *endogramatização* do português iniciada na Europa no século XVI, tivemos, do lado de cá, a *exogramatização* (Auroux, 1992) de línguas indígenas pelos portugueses, também a partir do modelo greco-latino.

Naquele momento de confronto com o Novo Mundo, o europeu se perguntava se os indígenas tinham alma ou não, se eram gente ou se eram animais. Hoje, podemos perguntar: Ao longo da história brasileira, quem é gente? Quem não é? Quem passa a ser? Quem passa a poder dizer que é gente? E como (não) pode dizer que é? Em nossa história de colonização, se os indígenas podiam deixar de ser *selvagens* e adquirir o estatuto de *gente* pela conversão, isso não significa que eles podiam compor, com colonizador, um mesmo *nós*. Do mesmo modo, os povos africanos escravizados também não compunham um mesmo *nós* com o colonizador. Ainda assim, dessa relação de contato-convívio-confronto²³, um outro tipo de *nós* foi sendo construído na história do Brasil, construção esta realizada numa tensão entre colonização e descolonização, com efeitos sobre as relações entre os sujeitos e a línguas.

Um momento crucial desse processo se deu de maneira mais ou menos semelhante (guardadas as inúmeras diferenças...) ao que ocorreu

no espaço francês com a Revolução Francesa, compreendida por Pêcheux ([1982] 1990), como uma revolução linguística na qual os sujeitos precisavam “se libertar” de seus patois e falares locais para se tornar cidadãos na língua nacional francesa. Segundo o autor,

(...) a particularidade da revolução burguesa foi a de tender absorver as diferenças (...); ela universalizou as relações jurídicas no momento em que se universalizava a circulação do dinheiro, das mercadorias... e dos trabalhadores livres. (*ibidem*, p. 10).

No Brasil, nas conjunturas dos diversos acontecimentos dos séculos XVIII, XIX e XX, dos quais sublinhamos o Diretório dos índios, a abolição da escravatura, a descolonização e as políticas de integração nacional, há uma tentativa de absorção das diferenças. Mas as diferenças eram bem outras, o que fez com que “a circulação do dinheiro, das mercadorias... e dos trabalhadores livres” tivesse um tipo diferente de “universalização”. No caso brasileiro, a produção de “um novo tipo de relação ao alhures e ao inexistente” (*ibidem*, p. 10) se deu a partir de políticas de “integração” de um *eles* (a gente que estava de fora: de vista, dos grandes centros urbanos, da civilização...) a um *nós*. Conforme observamos no início de nosso trabalho, o século XIX foi um período decisivo da passagem do *a gente* para pronome pessoal, por sua ampliação considerável no Brasil.

Isso nos leva de volta a uma interpretação de Said Ali sobre um emprego do *a gente* ao qual ele atribui uma característica do sujeito e/ou da língua: *modéstia* e *delicadeza de linguagem*. *Modéstia* e *delicadeza de linguagem* significam como parte de características atribuídas ao brasileiro e ao falar do brasileiro – sentidos que não são naturais, mas que foram sendo produzidos na longa história brasileira até se naturalizarem. São qualidades conferidas ao sujeito e à língua, numa região de sentidos semelhante à da *cordialidade* (HOLANDA [1936] 2022)²⁴. *Modéstia*, *delicadeza de linguagem*, *cordialidade*... adjetivos que conferem determinados sentidos ao brasileiro e, senão à “sua” língua, pelo menos à sua linguagem. Esses atributos contribuem para a produção de um efeito de colagem que fazem sujeito e língua/linguagem coincidirem. Efeito esse que foi sendo constituído

pelos *discursos fundadores da brasilidade* (ORLANDI, [1993] 2001), desde o início da colonização.

Ao analisar discursos sobre/do *Diálogo da conversão do gentio*, de Padre Manuel da Nóbrega, Eni Orlandi ([1993] 2001), observa como, em nossa história oficial “vista do outro lado do Atlântico, e mesmo na fala do senso comum” (*ibidem*, p. 21), algumas características atribuídas como naturais ao brasileiro são lidas de uma perspectiva moralista. Já do lado de cá, podem ser lidas como resistência: “não seriam vícios, mas um modo de não responder ao poder estabelecido pelo colonizador para submeter.” (*ibid.*, p. 21). E, quanto aos personagens do Diálogo, a autora acrescenta:

Eles falam o português. Falam a mesma língua, mas falam diferente: o português do Brasil e o português de Portugal já significam diferentemente, mesmo que não se o reconheça. (...) Podemos dizer que eles falam diferente não porque usam outras palavras. Mas porque essas palavras derivam de distintos sistemas simbólicos, distintas histórias linguísticas. (*ibid.*, p. 22-23)

Modéstia, delicadeza de linguagem e cordialidade podem ser entendidas como práticas discursivas que, em meio a muitas outras, contribuíram para conduzir à passagem de um *eles* para um *nós* no espaço brasileiro. Passagem realizada pela “integração”, uma *delicadeza de linguagem*, que pode significar tanto o eufemismo de uma política de apagamento de muita *gente (eles)* pelo genocídio, quanto o gesto mais ordinário – e político – de dizer *a gente*, que abre espaço para o trânsito dúbio, modesto, cordial, entre *eles* e *nós*, e que depois passa a integrar o *nós*.

Retomando a distinção de Benveniste ([1958] 1995) entre *pessoa* (primeira e segunda pessoas) e *não pessoa* (terceira pessoa), diríamos que a passagem de *a gente* de *não pessoa* para *pessoa*, que ocorre em Portugal e no Brasil, tem uma singularidade no espaço brasileiro²⁵. Ela diz respeito às novas necessidades de controle, de determinação do sujeito, que concerniam não apenas às modificações das condições

jurídicas dos sujeitos de um território que, num mesmo século, passou de sede do Império português, para uma nação independente, primeiramente imperial e depois republicana, mas também a modificações das condições jurídicas daqueles que estavam desde sempre excluídos da cidadania²⁶: as populações indígenas e as populações africanas escravizadas.

Nessas conjunturas, os movimentos das relações entre alteridade e identidade se inscrevem materialmente na língua pelo *a gente*, que, podendo passar da categoria de *não pessoa* para a de *pessoa*, acaba se difundindo amplamente no espaço brasileiro.

Essa difusão do *a gente* como pronome pessoal no Brasil não é simplesmente efeito da instauração de novos processos de dominação e nem apenas resistência a esses processos, em razão de funcionar como uma brecha para a entrada na sociedade brasileira – entrada propiciada pela *modéstia*, pela *cordialidade* e a partir da *delicadeza de linguagem*, na *linguagem falada, especialmente no falar do povo, no falar coloquial, entre pessoas menos instruídas, principalmente na linguagem familiar...* Trata-se, antes, do efeito da relação contraditória entre dominação e resistência que preside os processos de colonização e descolonização da história brasileira.

Eni Orlandi (1990, p. 49) considera que “A linguagem é política porque o sentido sempre tem uma direção, é sempre dividido.” Eduardo Guimarães (2002, p. 16), a partir de uma perspectiva materialista filiada aos estudos de E. Orlandi e J. Rancière, define o político como “um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento.”. Inspirados nos dois autores, podemos dizer que o *a gente* foi tomando uma direção de sentidos a partir das divisões do dizer constituídas e constitutivas da história da língua brasileira, na língua brasileira. O gesto político de dizer *a gente*, no Brasil, inscrito no conflito entre uma divisão normativa e desigual do real, produz nele uma redivisão que permite aos desiguais (não pessoa) afirmarem seu pertencimento (pessoa).

O *acontecimento discursivo* (PÊCHEUX, [1983] 2008) que levou ao gesto político de poder dizer *a gente* não é um evento localizável empiricamente no tempo e no espaço e nem se deu sob a forma de uma ruptura linguística abrupta. É um acontecimento que se concretizou lentamente: talvez eventual em seu princípio, de maneira visivelmente

ambígua durante um longo período, e depois foi se intensificando²⁷. Esse acontecimento pode ser compreendido como *uma política linguística ordinária* (FERREIRA, 2020 a, c, d) que foi sendo constituída ao longo de séculos.

No entremeio das relações equívocas entre *eles* e *nós*, a política linguística ordinária da *gente* encontrou brechas para se insinuar em certas práticas languageiras, mas, pouco a pouco, foi ganhando mais força e se espalhou: pulou para a escrita, virou personagem de obras de literatura, é encontrada em letras de inúmeras canções, vem atuando no cinema com bastante sucesso, passou a integrar as atividades didáticas de salas de aula nas mais diferentes disciplinas e modificou protocolos de rituais institucionais... Mais recentemente, obteve concessão para entrar no paradigma dos pronomes pessoais de determinadas descrições linguísticas para ficar ao lado do *nós*. Em alguns casos, também obteve a permissão para invadir o paradigma e reivindicar, nele, o seu devido lugar – de direito... – de substituto do já antigo *nós*.

As relações de contato-convívio-confronto entre línguas no Brasil do século XVI se fizeram com gentes muito diferentes. Já no Brasil do século XIX, quando as diferenças que restaram entre as gentes precisavam ser domesticadas para que a nova nação tivesse uma unidade, uma identidade, *a gente* vai ficando cada vez mais visível. Na passagem do XIX para o século XX, *a gente* vai se tornando um objeto de conhecimento e, na passagem do século XX para o XXI, *a gente* ganha autorização para a integrar, oficialmente, o paradigma pronominal de descrições linguísticas.

Traçar esse percurso de circulação cada vez mais ampla da *gente* no espaço brasileiro não significa supor uma projeção “lógica” de substituição total do *nós* pelo *a gente* num futuro da língua brasileira. Diferente do que aconteceu na apresentação da primeira versão deste trabalho, é significativo o fato de que a *gente* ainda não conseguiu escrever um artigo científico com este pronome – a não ser agora, neste enunciado aqui, no parágrafo anterior e, talvez depois, lá no final... O pronome pessoal *a gente* não faz parte da língua da ciência, da escrita científica, pelo menos não ainda, embora possa fazer parte da língua da divulgação científica – de sua *popularização*...

Se não há como saber os caminhos futuros que a língua vai ou não tomar, é preciso ter em conta que esses caminhos serão traçados, necessariamente, na tensão e na contradição entre, de um lado, os diversos efeitos da instrumentalização das línguas, que tende a fixá-las, e, de outro, a possibilidade de fluidez, constitutiva das línguas, na história.

A escrita, a gramática e mais recentemente as mais diversas formas de registro audiovisuais compõem o que Michel de Certeau ([1980] 2019, p. 195) chama de *economia escriturística*. A partir do autor, podemos compreender que, tanto a língua da tradição escrita, quanto a língua da tradição oral estão afetadas necessariamente por essa economia. E isso significa, de acordo com as palavras do autor, que a oralidade (ou a “voz do povo”), não só não está fora da economia escriturística, como, por ter sido exaustivamente registrada, tende também a se fixar, ou melhor, a se transformar na *cópia do seu artefato* (*ibidem*, p. 196)²⁸. Em outras palavras, *a gente* pode se cristalizar como sendo um pronome “próprio” da língua falada, da oralidade, porque foi sendo descrito desse modo em determinadas condições históricas. Pode assim se cristalizar. Ou não... Porque, apesar dos efeitos (ideo)lógicos que têm as políticas linguísticas instrumentalizadoras sobre os sujeitos e as línguas na sociedade e na história, outras políticas linguísticas ordinárias sempre podem emergir daí. É nesta tensão/contradição que a gente se encontra hoje.

Referências

A GENTE. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/a%20gente>. Acesso em abr 2022.

ARRUDA, Carolina Palma de Sousa. **A gramaticalização do pronome a gente: um percurso através de cartas pessoais e familiares**. Campinas: Publicações IEL/Unicamp, 2021. Disponível em: <https://www.iel.unicamp.br/sites/default/files/iel/publicacoes/Gramaticalizacao%20do%20Pronome%20a%20gente.pdf>. Acesso em: 05 mai 2022.

- AUROUX, Sylvain (1992). **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- BECHARA, E. M. **Said Ali e sua contribuição para a filologia portuguesa**. Tese de concurso. Rio de Janeiro: Instituto de Educação do Estado da Guanabara, 1962.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, 37ed.
- BENVENISTE, Émile. (1958) Da subjetividade na linguagem. In: **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1995, 4ed.
- CUNHA, Celso. **Gramática essencial** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014, 2 reimp.
- DE CERTEAU, Michel. (1980). **L'invention du quotidien. 1. Arts de faire**. Nouvelle édition, établie et présentée par Luce Giard. Paris: Éditions Gallimard, 1990 (Impresso na Itália em 2019).
- DIAS, Augusto Epifânio da Silva. **Syntaxe historica portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1918. Site da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://purl.pt/190>. Acesso em: 23 abr. 2022.
- FARACO, Carlos Alberto (1996). O tratamento “você” em português: uma abordagem histórica. **LaborHistórico**, vol. 3, n. 2, jul-dez. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v3i2.17150>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/17150>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- FEITOSA, Jacqueline; et al. **Pode entrar: português do Brasil para refugiadas e refugiados**. São Paulo: Curso Popular Mafalda, 2015. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Pode_Entrar_ACNUR-2015.pdf. Acesso em: 05 mai. 2022.
- FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. Políticas linguísticas ordinárias. Videoverbete. **Canal da Enciclopédia Virtual de Análise do Discurso - EnciDIS** no YouTube. 2020a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lcZsNeEgim0>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. Ler (d)escrever e interpretar os artefatos. In: Cristiane Dias; Greciely Costa; Marcos Barbai (Orgs.). **Artefatos de leitura**. Campinas: Labeurb/Nudecri/Unicamp, 2020b. DOI: <https://doi.org/10.20396/ISBN9786587175140>.

Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/site/web/admimg/publicacao/arquivo/12/208.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. O cotidiano na História das ideias linguísticas. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas: Labeurb/Unicamp, v. 23, n. 46, p. 4-30, 2020c. DOI: <https://doi.org/10.20396/lil.v23i46.8661675>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/866175>. Acesso em: 22 abr. 2022.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. Saberes linguísticos cotidianos. **Porto Das Letras**, 6 (5), 2020d, p. 324-351. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/10399>. Acesso em: 22 abr. 2022.

GALLO, Solange. **O ensino da língua escrita x o ensino do discurso escrito**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL/Unicamp, 1989.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni (Orgs.). **Língua e cidadania: O português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.

GOMES, Alfredo. **Grammatica Portugueza**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913, 15ed Correcta e augmentada.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1936). **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. Edição do Kindle, 2022.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014, 52ed.

LOPES, Célia Regina dos Santos (1999). **A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ; Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2003.

MARIANI, Bethania. **Colonização Linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2011, 2ed.

- NUNES, José Joaquim (1919). **Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa. Fonética e Morfologia**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1975, 8ed.
- OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Cidadania: história e política de uma palavra**. Campinas: Pontes/RG, 2006.
- ORLANDI, Eni. Protagonistas do/no Discurso. **Série Estudos. Foco e Pressuposição**. n. 4. Uberaba: FISTA, 1978.
- ORLANDI, Eni. Língua imaginária e língua fluida. Colóquio das quintas-feiras. IEL/Unicamp, 1985.
- ORLANDI, Eni. **Terra à Vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo, Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- ORLANDI, Eni (1999). **Análise de Discurso. Princípios & Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000, 2 ed.
- ORLANDI, Eni (2002). **Língua e Conhecimento Linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2013, 2ed.
- ORLANDI, Eni. O processo de descolonização e “lusofonia”. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 19, p. 20, 2007.
- ORLANDI, Eni. **Língua brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.
- ORLANDI, Eni (Org.) (1993) **Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni (Org). **História das Ideias Linguísticas**: construção do saber linguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. (2012) **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas; Pontes.
- ORLANDI, Eni; SOUZA, Tania Clemente. Língua imaginária e língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. Em: Eni Orlandi (Org.). **Política linguística na América Latina**. Campinas: Pontes, 1988.
- ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um Espaço de Produção Linguística: a gramática no Brasil. Em: Orlandi, Eni (Orgs.) **História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional**. Cáceres: Unemat/Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel (1982) Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 19. Campinas: IEL/Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel (1983) **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2008, 5ed.

PEREIRA, Otavio Tadeu Alves. **Said Ali: os sujeitos das línguas, as línguas dos sujeitos**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL/Unicamp, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1640846>. Acesso em: 1 mai. 2022.

PEREIRA, Sandra Maria de Brito. **Gramática comparada de a gente: variação no português europeu**. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003. Disponível no site da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em: https://www.clul.ulisboa.pt/files/sandrabrito_pereira/Pereira_2003_tes_e.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.

PESTANA, Fernando. **A gramática para concursos públicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

RIBEIRO, Débora Simões da Silva. **“A gente” como pronomes pessoais: teoria, prática e proposta pedagógica**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Curso de Especialização em Gramática e Ensino de Língua Portuguesa. 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/96179>. Acesso em: 22 abr. 2022.

RIBEIRO, José Diogo. Linguagem Popular de Turquel. In: **Revista Lusitana**, vol. XXVIII. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1930. Disponível no site da Biblioteca Digital Camões do Instituto Camões <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html?limit=20&limitstart=20>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SAID ALI, Manoel. **Grammatica Secundaria da Lingua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 192?. Disponível em: <https://www.iel.unicamp.br/node/993>. Acesso em 09 mai 2022.

SAID ALI, Manoel. **Meios de expressão e alterações semânticas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930. Disponível em: <https://archive.org/details/meiosdeexpressao00said/page/78/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 04 mai 2022.

SAID ALI, Manoel. **Grammatica Historica da lingua portugueza**. São Paulo: Melhoramentos, 1931. Disponível em: <https://www.iel.unicamp.br/node/993>. Acesso em 05 mai 2022.

SAID ALI, Manoel. Pessoas indeterminadas. In: **Boletim de Filologia**, Tomo XI. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1950. Disponível no site da Biblioteca Digital Camões do Instituto Camões, em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/lingua-1.html>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SÃO PAULO/ SME. **Portas Abertas: Português para imigrantes - caderno básico**. São Paulo: SME /COPED, 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/caderno%20basico.pdf. Acesso em: 09 mai. 2022.

SILVA, Gabriel Alexandre Nascimento; et al. **Tirando de letra: português brasileiro para estrangeiros**. Araraquara: Letraria, 2021. Disponível em: <https://www.letraria.net/wp-content/uploads/2021/06/Tirando-de-letra-portugues-brasileiro-para-estrangeiros-Letraria.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2022.

WEISS, Denise Barros. **Português para estrangeiros I. Curso básico. Material para as aulas**. Juiz de Fora: UFJF, 2014.

WEISS, Denise Barros. **Português para estrangeiros: material para as aulas**. Juiz de Fora: UFJF, 2019.

ZOPPI-FONTANA, Mónica (Org.). **O Português do Brasil como Língua Transnacional**. Campinas: RG, 2009.

Notas

* Docente do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Desenvolve pesquisas inscritas em uma perspectiva discursiva da História das Ideias Linguísticas sobre o papel fundador da linguagem na constituição de saberes e de tecnologias. Suas pesquisas tomam como objeto privilegiado a constituição e a divisão de saberes linguísticos na história, incluindo aí os saberes linguísticos cotidianos, considerando seus percursos de identificação e/ou nomeação, articulados a processos de institucionalização, divisão de sentidos, domesticação e resistência. E-mail: anaclau@ymail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2072681786266883>.

** Doutorando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Linguística pela mesma instituição. Graduado em Letras - Português/Italiano pela Universidade Federal Fluminense. É pesquisador do grupo de pesquisa CoLHIBri (O

Cotidiano na História das Ideias Linguísticas) e integrante do Grupo Arquivos de Língua (GAL). Dedicar-se ao ensino de língua portuguesa na educação popular. Possui como áreas de interesse a Análise de Discurso materialista e a História das Ideias Linguísticas. E-mail: michelmarques@id.uff.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2724131104510137>.

¹ Uma versão embrionária deste texto foi apresentada na mesa 3 do *I Seminário do Arquivos de Saberes Linguísticos: homenagem a Said Ali*, em novembro de 2020. O evento está disponível no YouTube no Canal do Labeurb (https://www.youtube.com/watch?v=GiOdB19E2_s&t=5622s) e no Canal do Grupo Arquivos de Língua – GAL (<https://youtube.com/playlist?list=PLO1GLyEPLzwo26fiWYscXovF4dxyUeokZ>). Estas reflexões fazem parte das pesquisas do Projeto e do Grupo de Pesquisa CoLHIBri – O cotidiano na história das ideias linguísticas do Brasil (<https://www.colhibri.site>).

² Conferir, por exemplo, Orlandi (1990, 2007, 2009), Mariani (2004) e Zoppi-Fontana (2009).

³ Ver, por exemplo, Lopes ([1999] 2003), sobre a pronominalização do *a gente* em Portugal e no Brasil; Pereira (2003), sobre a variação do *a gente* no português europeu; e Arruda (2021), sobre a pronominalização do *a gente* a partir da análise de cartas pessoais e familiares.

⁴ Agradecemos ao colega Juanito Avelar pela indicação das pesquisas de Célia Lopes sobre o *a gente*, que trouxeram contribuições fundamentais para o presente trabalho.

⁵ Conferir, por exemplo, Weiss (2014), Feitosa *et. al.* (2015), Weiss (2019), Silva *et. al.* (2021), São Paulo: SME (2021).

⁶ Conferir, por exemplo, Ribeiro (2013).

⁷ Ver, por exemplo, Bechara (2009), Pestana (2013) e Cunha (2014).

⁸ Noção definida por Auroux (2009 [1992]), que vai ganhando uma especificidade no espaço brasileiro a partir das reflexões de Guimarães e Orlandi (1996) e de Orlandi (2001), por exemplo.

⁹ Talvez essa reflexão sobre o funcionamento pronominal do *a gente* já estivesse presente em instrumentos linguísticos publicados no século XIX, mas não tivemos acesso às publicações e/ou edições daquele período.

¹⁰ Importante dizer que, em consulta à obra de Rocha Lima (2014), que teve sua primeira edição na década de 1950, não encontramos referência de *a gente* numa equivalência a *nós*, o que consideramos significativo por se tratar de uma gramática normativa de referência e de grande circulação.

¹¹ Agradecemos ao Phellipe Marcel Esteves (UFF) pela questão, colocada durante o evento em homenagem à Said Ali (Cf. nota 1), sobre uma possível articulação de nossas análises com o trabalho de Haroche a respeito da relação entre forma-sujeito e a noção de sujeito gramatical.

¹² Conferir, por exemplo, Guimarães e Orlandi (1996), Orlandi (2001), Orlandi (2009) e Orlandi (2013 [2002]).

¹³ Cumpre dizer que, entre os estudiosos da linguagem, não há um consenso sobre a data da primeira publicação da *Grammatica Secundaria* de Said Ali. Alguns estudiosos indicam se tratar de uma obra publicada entre 1923 e 1924. Outros apontam que ela

teria sido publicada em 1927. Optamos, no presente texto, por fazer referência à década de 1920. Quando necessário citá-la, utilizamos a notação: 192?.

¹⁴ Na referida obra, os exemplos que o autor traz para os pronomes indefinidos são: *alguém, ninguém, outrem, algo, tudo, nada, quem, qual, este, um... outro, algum, um, certo, vários, todo, outro, nenhum e qualquer*.

¹⁵ A noção de *articulação*, assim como a noção de *reescrituração*, que também é mobilizada analiticamente em nosso trabalho, são definidas por Guimarães (2002, 2004) enquanto procedimentos próprios da textualidade. Os procedimentos de articulação se estabelecem entre palavras e expressões de um mesmo enunciado ou entre outras palavras e enunciados de um texto, afetando o sentido dessas formas. E os procedimentos de reescrituração, que podem se dar, por exemplo, por repetição, substituição, enumeração, vão redizendo o que já foi dito “fazendo interpretar uma forma como diferente de si” (GUIMARÃES, 2004, p. 17). Ainda segundo o autor, esses procedimentos, com destaque para a reescrituração, são tensionados pela relação entre paráfrase e polissemia, tal como ela é definida por E. Orlandi (1978, [1999] 2000). De acordo com Orlandi ([1999] 2000, p. 36), “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”, e a polissemia é espaço do “deslocamento, da ruptura de processos de significação”.

¹⁶ A noção de paráfrase vem sendo pensada de várias maneiras sob uma perspectiva discursiva, podendo ser objeto de uma análise e/ou de um procedimento analítico. Por exemplo: E. Orlandi (1978) propõe um trabalho analítico sobre a tensão entre paráfrase e polissemia que permite compreender a complexidade dos processos de produção de sentidos. M. Pêcheux ([1983] 2008) trabalha analiticamente com diferentes enunciados, que podem ou não estar em relação parafrástica, a depender de suas condições de produção. E, como mostramos na nota anterior, E. Guimarães (2002, 2004) mobiliza a noção de paráfrase de E. Orlandi para as análises dos procedimentos de reescrituração. Essas diferentes maneiras de trabalhar a noção de paráfrase se fazem presentes em nosso trabalho.

¹⁷ Agradecemos à Claudia Pfeiffer (UNICAMP) que, após nossa apresentação na mesa redonda do evento (Cf. nota 1), indagou se *linguagem familiar* e *linguagem popular* poderiam estar em uma relação parafrástica. Buscamos trabalhar essa questão ao longo das análises de diferentes textos de Said Ali, sem a pretensão de uma resposta fechada, uma vez que isso exigiria uma análise mais aprofundada da obra do autor. De maneira geral, é possível afirmar que uma relação parafrástica entre *linguagem familiar* e *linguagem popular* pode ou não ocorrer, a depender das diferentes possibilidades de jogo das relações de sentido que vão se estabelecendo na obra do autor. Se as relações de sentido a observar dizem respeito à questão da língua escrita, por exemplo, *familiar* e *popular* podem funcionar em relação parafrástica por significarem como estando *fora da linguagem escrita*. No entanto, as palavras *familiar* e *popular* podem, cada uma, levar a diferentes redes de sentido e produzir relações parafrásticas diferentes. A questão é: como isso ocorre na obra do autor? De que maneiras? Desse modo, a questão formulada nos levou a outras, que permitiram apontar para a equivocidade constitutiva das relações parafrásticas que podem incidir sobre *linguagem familiar* e *linguagem popular*. Sobre esse assunto, não podemos deixar de lembrar o trabalho de Guimarães (2004) sobre os sentidos de *indivíduo* e *povo* em obras de Said Ali, e o trabalho e Pereira

(2020), que se volta para diferentes divisões de sentido entre os sujeitos e as línguas no *Dificuldades da língua portuguesa*.

¹⁸ No decorrer de nossas análises, não foi possível acessar a primeira edição da gramática histórica de Said Ali em sua íntegra. Entretanto, ao final da escrita, adveio a necessidade analítica de fazer uma consulta contrastiva, entre a primeira e a segunda edição, sobre alguns dos recortes de análise que realizamos sobre essa obra do autor. Agradecemos à Thaís Costa (UERJ/UFF/UNICAMP) por viabilizar o acesso, de forma digitalizada, a algumas páginas da primeira edição desta obra.

¹⁹ Sobre isso, vale notar que, em *Dificuldades da língua portuguesa*, há um capítulo inteiramente dedicado a diferentes sentidos do pronome *se*.

²⁰ Sobre a noção de reescrituração, conferir Guimarães (2002, 2004) e a nota de número 15, que apresenta uma rápida síntese dessa noção.

²¹ Um exemplo interessante que gostaríamos de lembrar, dentre os mais diversos trabalhos que poderiam ser citados, são as reflexões presentes na obra *Vozes e Contrastes* (ORLANDI, GUIMARÃES, TARALLO, 1989), que apresentam uma série de análises, no diálogo/debate com perspectivas enunciativas, sociolinguísticas e discursivas, do discurso (científico e cotidiano-rural) sobre/da alimentação, considerando: a) seus processos específicos de indeterminação com *eu, nós, você e a gente*; b) a frequência de formas de determinação e indeterminação nesses discursos; e c) suas diferenças sistemáticas, inscritas em diferentes formações discursivas.

²² Seria muito interessante relacionar essas análises do *a gente* com análises do *ocê*. Um trabalho de referência incontornável sobre a história do *ocê* em Portugal e no Brasil foi realizado por Carlos A. Faraco ([1996] 2017).

²³ Eni Orlandi, em seu *Terra à Vista* (1990), explora a questão do contato enquanto confronto entre o Novo e o Velho Mundo. Bethania Mariani, em seu *Colonização Linguística* (2004), explora essa questão se voltando para uma relação de convívio e confronto. Em nosso trabalho, a articulação contato-convívio-confronto visa sublinhar a complexidade das relações entre alteridade e identidade, dominação e resistência, colonização e descolonização, em diferentes caminhos de análise, que apreciamos nos trabalhos das autoras.

²⁴ Conforme o autor: “Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade — daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante.” (HOLANDA [1936] 2022, edição Kindle).

²⁵ Em seu trabalho sobre a subjetividade na linguagem, Benveniste escreve também: “É notável o fato — mas, familiar como é, quem pensa em notá-lo? — de que entre os signos de uma língua, de qualquer tipo, época ou região que seja, não faltam jamais os ‘pronomes pessoais’. Uma língua sem expressão de pessoa é inconcebível. Pode acontecer somente que, em certas línguas, em certas circunstâncias, esses “pronomes” sejam deliberadamente omitidos; é o caso na maioria das sociedades do extremo

orientes, onde uma convenção de polidez impõe o emprego de perífrases ou de formas especiais entre certos grupos de indivíduos, para substituir as referências pessoais diretas. Esses usos, no entanto, não fazem mais que sublinhar o valor das formas evitadas; é a existência implícita desses pronomes que dá o seu valor social e cultural aos substitutos impostos pelas relações de classe.” (BENVENISTE, [1958], 1995, p. 287).

²⁶ A esse respeito, conferir, por exemplo, Guimarães e Orlandi (1996) e Oliveira (2006).

²⁷ Conforme Lopes ([1999] 2003), a pronominalização do substantivo *gente* foi um processo lento e gradual, sendo que ocorrências de *a gente* como variante de *nós* surgem apenas no século XVIII e que, antes disso, havia exemplos esporádicos com ambiguidade interpretativa para a forma *a gente*, que, nas palavras da autora, “tanto pode ser considerada sinônimo de “pessoas” quanto variante de *nós*.” (p. 63). Também segundo Lopes, as ocorrências ambíguas vão aumentando gradativamente ao longo dos séculos (a autora localizou, nos textos de sua amostra, um caso de interpretação ambígua no século XIII, duas no século XVI, duas no século XVII, nove no século XVIII e trinta e seis no século XIX. Lopes considera, então, que houve um período transitório instaurado entre o século XVII e o XIX e que “conforme se configura a intensificação do emprego de *a gente* como forma pronominal [como variante de *nós*] do século XIX em diante, a interpretação ambígua deixa de se fazer presente.” (p. 65). A esse respeito, Lopes acrescenta: “Aparentemente, no século XIX, ou quem sabe antes disso, há um estágio intermediário entre o uso nominal de *gente* e pronominal de *a gente*, evidenciado pela manutenção desses traços formais de gênero típicos do nome”. (p. 73). Na análise de suas amostras, a autora localiza a primeira correferência de *a gente* no século XIX, sendo que essa correferência se multiplica no século XX (p. 73). Feitas essas considerações, lembramos que, da perspectiva discursiva, a ambiguidade é compreendida como constitutiva da língua, uma vez que a língua é capaz de falha em todos os lugares e a determinação do sentido, sua “literalidade” é apenas efeito de um processo de colamento, mas que está sempre suscetível de se descolar e mudar de sentido, de *tornar-se outro* (PÉCHEUX, [1983] 2008, p. 53).

²⁸ Uma discussão mais demorada sobre a relação entre a língua e seus artefatos pode ser lida em Ferreira (2020b). Sobre a questão da relação indissociável entre escrita e oralidade, lembramos, por exemplo, os trabalhos de Gallo (1989) e de Orlandi (2012).